

**GRANDES PROJETOS E POPULAÇÕES
TRADICIONAIS NA AMAZÔNIA:
a Suzano Papel e Celulose no Maranhão**

**GREATS PROJECTS AND TRADITIONAL
POPULATIONS IN THE AMAZON:
the Suzano Paper and Cellulose in the Maranhão**

Vanda Maria Leite Pantoja*

Jesus Marmanillo Pereira**

Resumo

Este artigo tem como propósito fomentar o debate acerca da inserção de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e seus efeitos sócio espaciais, tendo como foco de análise os impactos causados pela implantação da empresa Suzano Papel e Celulose-SPC sobre o modo de vida das comunidades da Estrada do Arroz, na cidade de Imperatriz, localizada no sudoeste maranhense. Trata-se, assim, de apontar aspectos do processo de implementação desta e as diferentes percepções e projetos em torno da terra e das relações com a natureza: de um lado a versão de defesa do empreendimento industrial e de outro os relatos de líderes das comunidades impactadas pela referida empresa. Para tanto, a pesquisa foi baseada em um levantamento bibliográfico, análise de relatórios de impactos ambientais e entrevistas com lideranças da Estrada do Arroz. Os efeitos da implantação da SPC na região ainda não podem ser mensurados, uma avaliação mais segura certamente só poderá ser feita a médio e longo prazo, no entanto, já se percebe grande alteração nas formas de organização dos grupos sociais que já habitavam a área onde a empresa se instalou.

Palavras-chave: Grandes Projetos. Suzano papel e Celulose. Imperatriz. Amazônia Maranhense. Camponeses.

Abstract

This article aims to foster debate about the inclusion of major development projects in the Amazon and its spatial social effects, with the focus of analysis the impacts caused by the implementation of the company Suzano Papel e Celulose-SPC on the way of life of communities

* Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Brasil. E-mail: vanpantoja@gmail.com

** Doutor em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade da Paraíba (PPGS-UFPB), Brasil. E-mail: jesusmarmanillo@hotmail.com

Rice road in the city of Imperatriz, Maranhão located in the southwest. It is, therefore, to point out aspects of the implementation process of this and the different perceptions and projects around the Earth and the relationship with nature: on one side the defense version of industrial enterprise and other reports of leaders of communities impacted by this company. Therefore, the research was based on a literature review, environmental impact reports analysis and interviews with leaders of Rice Road. The effects of the implementation of the SPC in the region can not yet be measured, for safer evaluation certainly can only be made in the medium and long term, however, already see major change in the forms of organization of social groups who inhabited the area where the company settled.

Keywords: Amazon Maranhense. Large projects. Suzano Papel e Celulose. Imperatriz. Peasants.

Introdução

A implantação na Amazônia brasileira de um modelo de desenvolvimento altamente impactante sobre populações e ambientes, concebido no regime ditatorial de 1964, resultou no confronto com lógicas diferenciadas de ocupação e uso de territórios e recursos. Este modelo, ainda hoje, é mantido em boa parte de suas características e continua a impactar grupos sociais que reagem, na busca de manter seus modos de vida (SANT'ANA JUNIOR et al., 2009, p. 19).

Este artigo tem como propósito fomentar o debate acerca da inserção de grandes projetos de desenvolvimento na Amazônia e seus efeitos sócio-espaciais. Para tanto, analisamos o caso da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose na cidade de Imperatriz, no Maranhão, mais especificamente os impactos e percepções na relação entre a referida empresa e as comunidades da Estrada do Arroz.

Um ponto de partida foi o estudo dos Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) dos polos florestais dos municípios maranhenses de Porto Franco e Timon, e os Estudos de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) elaborado no processo de implantação da Unidade Industrial no município de Imperatriz, também no Maranhão. Além disso, foi feito levantamento de pesquisas sobre a temática na região, e realizados diálogos com algumas lideranças das comunidades moradoras da Estrada do Arroz, próximas da Unidade Industrial.

O processo de anexação da Amazônia ao Brasil ou, como é mais conhecido, o processo de modernização da Amazônia (SANT'ANA JÚNIOR, 2014) é um desdobramento do modelo de desenvolvimento pensado para o Brasil e para essa região, e tem origem nas políticas de desenvolvimento dos governos ditatoriais. A implantação de obras de infraestrutura, como estradas, portos, ferrovias, hidrelétricas, entre outros, pelo Governo Federal, foi a contrapartida que o estado ofereceu/oferece para atrair o grande capital para a região, esta, entendida até então, e para muitos ainda hoje, como um grande vazio demográfico (D'INCAO; SILVEIRA, 1994).

A noção de vazio demográfico possibilitou que, por ocasião dos processos de implantação de grandes projetos na Amazônia Brasileira, as populações nativas, sobretudo aquelas ligadas ao trabalho no campo, fossem completamente desconsideradas e, como consequência, seus direitos e sua própria existência

como agentes sociais fossem negados. Esses vários grupos sociais afetados pelos empreendimentos, conforme pontua Almeida (1996), reagem aos processos de expropriação a que são submetidos com maior ou menor intensidade, organizando-se, reivindicando seus direitos ou simplesmente cedendo ao capital e seus representantes.

Nesse cenário de expropriação, uma das principais questões que surge desse embate de lógicas diferenciadas entre o grande capital e as comunidades locais, diz respeito ao valor que a terra adquire para esses, não apenas diferentes, mas cujas posições são antagônicas. Para os trabalhadores do campo, como agricultores, pescadores, indígenas, quilombolas, extrativistas, entre outros, a terra significa valor de uso, sendo um elemento fundante no processo de reprodução material e simbólica do grupo. Um meio de produção que se incorpora ao processo produtivo mediante o trabalho familiar, sendo sua apropriação realizada, apenas e somente, por meio do processo produtivo, isto é, do trabalho (GISTELINK, 1988). Para o capital, seja este nacional ou internacional, a terra significa acúmulo de riqueza, sua incorporação ao processo produtivo se dá mediante o trabalho assalariado de outrem, traduzindo-se, assim, em valor de troca.

Seguindo essa perspectiva, foram realizadas pesquisas documentais nos, já citados, Relatórios de Impacto Ambiental, além de diálogos com três importantes lideranças das comunidades rurais da Estrada do Arroz – próxima da área de implantação do empreendimento industrial. Nesse âmbito, teve-se contato com a presidenta do Fórum da Cidadania da Estrada do Arroz, o presidente de um sindicato rural e uma importante representante das quebradeiras de coco babaçu. Por meio dessa pesquisa e da literatura afim, o presente artigo foi organizado em duas partes, onde serão abordadas 1) a forma como tal empreendimento pode ser pensado em relação a um projeto mais amplo de integração nacional, ancorado em uma cadeia produtiva projetada para todo o estado do Maranhão, e 2) como tal contexto foi sentido no Sudoeste Maranhense, especificamente nas diferentes percepções mapeadas nas comunidades da Estrada do Arroz, na cidade de Imperatriz-MA.

Suzano Papel e Celulose no Maranhão: grandes projetos, modernização e integração nacional

Com a implantação dos grandes empreendimentos econômicos na região, o acesso aos recursos naturais, notadamente o acesso à terra – ocupada muitas vezes de forma arbitrária pelo capital, configurando aquilo que Harvey (2004) chama de mecanismo de acumulação por espoliação – é modificado, o que leva a uma alteração das formas de produção dos trabalhadores do campo e, conseqüentemente, de todo o seu modo de vida.

Harvey (2004) entende por acumulação por mecanismo de espoliação aquela forma de acumulação baseada na depredação, na fraude e na violência, características do capitalismo, e que, de acordo com o autor, não se fizeram presentes apenas nas etapas “primitiva” ou “originária” do modo de produção capitalista, mas podem, ao longo do tempo, ser percebidas no percurso do capitalismo. Ainda de acordo com o autor, todos os processos observados por Marx na acumulação primitiva, tais como: mercantilização e privatização da terra e expulsão forçada das

populações camponesas; conversão de diversas formas de direito de propriedade – comum, coletiva e estatal – em direito de propriedade exclusivo; supressão dos direitos aos bens comuns; transformação da força de trabalho em mercadoria, entre outros, assim como novos processos relacionados ao direito de propriedade intelectual que alienam populações inteiras de suas produções, depredação dos bens ambientais globais, entre outros, são todos entendidos como mecanismos de acumulação por espoliação (HARVEY, 2004, p. 110).

No que refere ao estado do Maranhão, a história não é diferente. Os desdobramentos que as políticas desenvolvimentistas do governo federal assumem neste estado não são diferentes daqueles em outras paragens da Amazônia, pois fazem parte do processo global de reestruturação das relações produtivas que, no campo, ganha contornos bastante desastrosos para as populações camponesas, visto que significa a desestruturação das formas de produção em todos os sentidos.

Na década de 1970, a construção da Rodovia Federal (BR 010) Belém-Brasília, processo que viabilizou de forma mais rápida e eficiente a integração física das regiões Norte e Nordeste ao restante Brasil, era condição para a entrada do capital, via estado, nessas regiões. Para além do discurso da integração, esse fenômeno significou, para as populações trabalhadoras do campo, uma maior pressão sobre os recursos naturais da região, sobretudo, a terra, uma vez que, com a abertura de vias de acesso, muitas empresas foram atraídas para a região, dando início também à grilagem das terras. Sobre isso, Asselin (2009), contextualizando a construção desta rodovia em relação à Imperatriz, explica:

Com o projeto de construção da Belém-Brasília começou a mudar a vida no município [...] acabavam de nascer também as primeiras falsificações de documentos das terras que compõe, hoje, a área prioritária dos grandes projetos econômicos. Eram os grilos Gurupi, Torre Segunda, Campo Alegre e Frades [...] foram anos muito movimentados, porque além do movimento migratório provocado pela abertura da Belém-Brasília e o início da grilagem abriu-se o ramal para o Nordeste via Grajaú, que traria contingente populacionais importantes, pois era o momento da grande seca nordestina (ASSELIN, 2009, p. 33).

Além da Rodovia Belém-Brasília, a abertura da Transamazônica (BR-230), ligando a Paraíba ao Amazonas, da BR 316, conectando Alagoas ao Pará, e da BR 222, ligando o Ceará ao Pará, também causaram profundas mudanças nas terras devolutas do Estado do Maranhão, pois houve um aumento da ocupação das terras livres do estado pelo capital, assim como o acirramento das tensões entre campesinato e grandes capitalistas na região (GISTELINK, 1988). Para dar conta da questão, o governo do estado criou, em 1972 a Companhia Maranhense de Colonização (Comarco), que tinha como propósito promover a “ocupação racional e ordenada das terras disponíveis” (GISTELINK, 1988, p. 15). A estratégia seria deslocar as populações das áreas conflitivas para as áreas consideradas de terras livres. Mas, no Maranhão, nesse contexto, as terras livres já estavam em processo de ocupação pelo capital, pois a Lei de Delegacia de Terras ou, como é mais conhecida, a Lei de Terras Sarney, de 1969, já havia intensificado o uso de terra coletiva como

terra privada, visto a lei facultar a venda de terras devolutas, sem licitação, a grupos organizados em sociedades anônimas, sem número limitado de sócios, podendo requerer, cada um, até três mil hectares.

Como se observa, as questões referentes ao acesso à terra no Maranhão são históricas e merecem uma avaliação mais pormenorizada; o que se pode dizer é que as políticas de inserção do Maranhão no circuito da economia de mercado através da implantação de grandes projetos de desenvolvimento têm grande impacto nas populações locais, pois agravam uma situação já bastante conflituosa por questões internas ao próprio funcionamento de uma estrutura agrária que fora desenhada historicamente para limitar ou impedir o acesso à terra pelos trabalhadores (ASSELIN, 2009).

Na década de 1980, deu-se a implantação do Projeto Grande Carajás associado a outros projetos de infraestrutura, como a Estrada de Ferro Carajás, conectando a província mineral de Carajás (sudeste do Pará) ao litoral maranhense, o Complexo Portuário de São Luís, formado pelos Portos do Itaqui, da Ponta da Madeira e da Alumar, alimentando também oito usinas de processamento de ferro gusa às margens dessa estrada de ferro; uma grande indústria de alumina e alumínio (ALUMAR) e bases para estocagem e processamento industrial de minério de ferro (Vale) na Ilha do Maranhão; um centro de lançamento de artefatos espaciais (Centro de Lançamento de Alcântara – CLA); projetos de monocultura agrícola no sul, sudeste e leste do estado; bem como, mais recentemente, a construção da Usina Hidrelétrica de Estreito, a Termelétrica do Porto do Itaqui e a Refinaria Premium I da Petrobrás, projeto iniciado em 2010 e abandonado em 2015.

A implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose no oeste do estado e a produção de eucalipto no leste e centro maranhenses alteraram sobremaneira as formas de organização social das populações locais, sobretudo no que refere ao acesso à terra. Da chegada dos grandes empreendimentos vindos com a antiga Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale, particularmente a exploração do minério de ferro, à entrada das florestas de eucalipto na década de 1980, com a Celmar, e no final da primeira década do século XXI, com a Suzano Papel e Celulose, os conflitos pelo acesso à terra e aos recursos naturais se intensificaram e os trabalhadores do campo têm sentido cada vez mais pressão sobre suas formas de organização.

Apesar de todo discurso de desenvolvimento que acompanha esses projetos de intervenção, discursos muitas vezes produzidos para convencer as populações locais de que suas vidas mudarão para melhor, a avaliação do próprio estado é que não há motivo para comemorar. De acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema), esses empreendimentos não se traduziram em desenvolvimento para a região, mas apenas em crescimento econômico, pois:

Impacta a economia, mas não gera os efeitos de irradiação que se esperava, isto é, o adensamento das cadeias produtivas. Os projetos Carajás e Alumar abrem um novo ciclo da economia, mas com pouco efeito multiplicador e limitada agregação de valor, desafios que se colocam até hoje ao desenvolvimento recente do estado (FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO, 2009, p. 27-28).

A implantação da empresa multinacional Suzano Papel e Celulose (SPC) no Maranhão envolve a construção de uma Unidade Industrial para fabricação de celulose branqueada e papel no município de Imperatriz e a criação do Projeto Florestal de plantio de eucalipto em dois polos: Porto Franco, abrangendo os municípios do oeste maranhense e o Polo Timon, abrangendo os municípios do leste e do centro.

Apesar de a Unidade Industrial da empresa Suzano ter iniciado seus trabalhos no ano de 2013 na cidade de Imperatriz, dando continuidade, assim, à ação dos grandes projetos de desenvolvimento nessa região do Maranhão, não são recentes os impactos da empresa na região, nem na cidade. A ação da empresa Suzano remonta a meados da década de 1980, quando iniciaram as primeiras experiências no Maranhão com a plantação de eucalipto no leste maranhense, no município de Urbano Santos. Segundo Poyry (2010), estas experiências utilizaram variados tipos de eucaliptos, dentre os quais se destacou uma espécie que se adaptou ao clima seco da região.

Segundo os Relatórios de Impacto Ambiental (RIMA) elaborados no processo de implantação do Projeto Florestal e o Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da Unidade Industrial, o Maranhão teria sido escolhido para a implantação da empresa em razão da “logística favorável”, isto é, o fato de haver uma série de aspectos, como disponibilidade de água, qualidade do ar e dispersão atmosférica favoráveis, acesso ao Porto de Itaqui, farta mão de obra, e localização do projeto longe de aglomerados urbanos. Contudo, embora afirme a distância em relação aos aglomerados urbanos, pressupondo uma ideia de vazio demográfico, “a própria empresa reconhece em seus relatórios que há várias comunidades moradoras próximas ao empreendimento” (POYRY, 2010b, p. 79-82).

De acordo com as análises de Ribeiro Junior (2014, p. 151), o fator preponderante que explica a territorialização da Suzano no Maranhão é a “terra barata”. Se comparadas, por exemplo, às terras do estado de São Paulo, onde a empresa tem sede, as terras no Maranhão chegam a ser sete vezes mais baratas.

Além do atrativo do valor das terras, há, no Maranhão, florestas de eucaliptos necessárias para a fase inicial da produção da Suzano. Elas correspondem aos ativos florestais do Programa Vale Florestar, contando com 34500 hectares de eucaliptos já plantados no estado do Pará e do Maranhão, que podem ser utilizados pela empresa na fase inicial de implantação, até que ela forme sua base florestal. Segundo este autor, a referida empresa já realizava pesquisas sobre o plantio de eucalipto no Maranhão desde o ano de 1983, quando descobriu (na cidade de Urbano Santos, no leste maranhense) um tipo de eucalipto de fácil adaptação à região. Enfim, se nos tempos da pesquisa e dos primeiros contatos dessa empresa no Maranhão, os esforços eram realizados de leste a oeste do estado, o resultado disso é que “atualmente há cerca 500 hectares de terras em 10 municípios com o intuito de pesquisa para melhor adaptação do eucalipto” (RIBEIRO JR., 2014, p. 147).

Além disso, em se tratando de infraestrutura, o Maranhão dispõe, segundo o Rima, de um dos maiores e mais modernos sistemas de transporte intermodal do Nordeste, com rodovias, ferrovias, portos e aeroportos (STPC ENGENHARIA DE

PROJETOS, 2010). Se considerarmos a área de abrangência dos Projetos Florestais Polo Timon e Polo Porto Franco e da Unidade Industrial, tem-se envolvida as mesorregiões oeste, leste e centro maranhense, além de municípios do estado do Tocantins, conforme exposto no Quadro 1.

Quadro 1 - Municípios impactados pela Suzano Papel e Celulose no Maranhão e Tocantins

Polo Timon	Polo Porto Franco	Unidade Industrial
Afonso Cunha	Carolina	Davinópolis
Buriti Bravo	Buritirana	Imperatriz
Caxias	Davinópolis	João Lisboa,
Codó	Estreito	Senador La Roque
Coelho Neto	Feira Nova do Maranhão	Praia Norte (TO)
Colinas	Fortaleza dos Nogueiras	São M. do Tocantins (TO).
Gov. Eugênio Barros	Formosa da Serra Negra	
Governador Fortuna	Grajaú	
Jatobá	Governador Edson Lobão	
Lagoa do Mato	Imperatriz	
Luis Rocha	João Lisboa	
Matões	Lajeado Novo	
Parnarama	Montes Altos	
Passagem Franca,	Nova Colina	
São Francisco do Maranhão	Porto Franco	
Senador Alexandre Costa,	Ribamar Fiquene	
São João do Sóter	São João do Paraíso	
Timon	Senador La Roque	
	São Pedro dos Crentes	
	Sítio Novo	

Fonte: STPC ENGENHARIA DE PROJETOS, 2010a e 2010b; POYRY, 2010.

Organizado pelos autores.

A amplitude das áreas potencialmente afetadas pelo projeto é imensa, nelas estão contidas quatro Unidades de Conservação: Parque Nacional da Chapada das Mesas, nos municípios de Carolina, Estreito, Riachão e Imperatriz; Parque Estadual do Mirador, no município de Mirador; Reserva Extrativista Mata Grande, nos municípios de Davinópolis, Senador La Roque e Imperatriz, e Reserva Extrativista do Ciriaco, no município de Davinópolis.

Quando às populações tradicionais, a empresa reconhece e classifica alguns grupos que estão sendo diretamente afetados pelo empreendimento, são eles: sertanejos, quebradeiras de coco, indígenas (com oito terras indígenas impactadas¹), afrodescendentes, quilombolas², migrantes, além das comunidades Bacaba, Imbiral, Esperantina, Açaizal e São José da Matança, no caso da área de abrangência da Unidade Industrial na Estrada do Arroz.

Algumas incursões teóricas demonstram esforço em compreender a ação da Suzano Papel e Celulose na região, a exemplo da dissertação *O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão*, de José Arnaldo Ribeiro dos Santos Junior (2014), que expõe uma avaliação dos impactos da implementação, dentro de uma perspectiva crítica, dando ênfase para a relação da empresa com o Estado. É possível referenciar, também, o relatório de pesquisa da professora Marta Inez Medeiros Marques (2014), intitulado *Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro: o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose*, no qual a autora conclui que houve aumento das plantações de eucalipto no Estado de São Paulo, tendo como uma das principais indústrias do ramo a Suzano Papel e Celulose. No texto *Desenvolvimento, conflitos e impactos ambientais: a territorialização da Suzano e a resistência camponesa na mesorregião Leste Maranhense*, Ribeiro Jr., Oliveira e Costa (2014) buscam compreender, a partir de fontes documentais, o processo de territorialização da SPC em alguns municípios do leste maranhense e quais os impactos ambientais advindos dessa presença. Em relação aos aspectos populacionais, há a monografia *Processo migratório e transformações sócio espaciais: o caso dos migrantes/trabalhadores ocupados na implantação da Empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz - MA*, na qual Alfred Torres (2014) avalia as razões e impactos do processo migratório ocorrido em Imperatriz por ocasião da implantação da Unidade Industrial da SPC na cidade. Como se nota, ainda são poucos os trabalhos dedicados a compreender a ação dos grandes projetos nessa região do Maranhão, particularmente a ação do mercado voltado para a produção do eucalipto empregado no processo de produção da celulose.

No que diz respeito às populações afetadas por esse empreendimento, destacam-se as comunidades localizadas às margens da MA-386, no trecho que liga a cidade de Imperatriz ao município de Cidelândia, conhecido como Estrada do Arroz, em alusão ao cultivo de arroz que acontecia com abundância no passado recente. É nesse trecho também que estão as comunidades Esperantina, Açaizal, São José da Matança, Olho d'Água, Coquelândia, São Félix, Petrolina, Bacaba e Imbiral.

1 Aldeias Araribóia e Governador em Amarante; Aldeias Geralda/Toco Preto e Bacurizinho em Grajaú; Aldeia Cana Brava, Aldeia Canela, Buriti Velho, Porquinhos e Chinela em Barra do Corda; Aldeia Kraolândia no estado do Tocantins (STPC ENGENHARIA DE PROJETOS, 2010).

2 Segundo o relatório (STPC ENGENHARIA DE PROJETOS, 2010), não há territórios quilombolas reconhecidos no sul do Maranhão, mas há vestígios encontrados pelos pesquisadores por ocasião da coleta de dados para o relatório.

Atores, concepções e desenvolvimento: Estrada do Arroz, do carvão, do eucalipto...

[...] Foi muitos, anos de muita fartura, aí depois, pegou o povo a vender as terras pros fazendeiro, foi diminuindo a fartura, diminuindo até que agora a Celmar tomou de conta, comprou tudo, os fazendeiros vendeu tudo. Alguns fazendeiros tinham terras, aí a gente arrendava, pra fazer as roças, mas depois que a Celmar tomou de conta... ainda teve um tempo que deram uns matos pra botar roça... aí depois mudaram pra esse negócio de eucalipto, acabou tudo. Agora essas mulher ainda tão quebrando coco aí, por causa dessa Associação. Mas aí a vida agora é carvão. Essa estrada era Estrada do Arroz, agora é estrada do carvão (risos). É como eu gosto de dizer: estrada do carvão. Era muita fartura.

O depoimento acima foi dado no ano de 2008, por uma quebradeira de coco, moradora da Estrada do Arroz, para o pesquisador Raimundo Santos, quando estese preocupava em entender as implicações do Projeto Grande Carajás para as populações extrativistas do Maranhão. O depoimento nos situa e nos esclarece sobre a extensão dos problemas causados pelo PGC às populações trabalhadoras do campo no Maranhão, em particular as da Estrada do Arroz.

Os trabalhadores rurais que vivem nas várias comunidades localizadas nas proximidades da Estrada do Arroz não ficaram surpresos quando souberam que, no quintal de suas casas, seria construída uma fábrica de papel e celulose, e que provavelmente suas roças e plantações seriam substituídas pela cultura do eucalipto. Muitos deles lembraram décadas passadas quando a Celmar S. A, Indústria de Papel e Celulose chegou à região de Imperatriz tomando conta de suas terras e modificando suas formas de organização social.

A gênese da Celmar remonta à década de 1970, com a tentativa do governo federal de criar florestas de eucalipto na região a fim de atrair fábricas de celulose. Para tanto, foram plantados mais de 500 mil hectares de área reflorestada. No entanto, apesar dos incentivos federais, nenhuma fábrica foi implantada, e toda a produção de eucalipto foi destinada para a produção de carvão. Sobre a questão, Santos pontua:

Na região de Imperatriz, sem dúvida, um dos fatores que mais tem contribuído para marcar socioeconomicamente o lugar são as plantações de eucalipto. Ainda que a fábrica de celulose prevista pela Celmar nunca tenha se concretizado, ela contribuiu para alterar, em parte, a fisionomia social desse local, por meio da concentração de terras e danos ambientais (SANTOS, 2011, p. 193).

A atividade da produção de carvão causou e causa muitos danos aos trabalhadores do campo, um dos mais graves apresentados pelas comunidades, sobretudo as quebradeiras de coco, está relacionado à atividade de quebra do coco babaçu, uma vez que, estando o carvão em alta na região, os fazendeiros começam a disputar o babaçu com as quebradeiras, utilizando o coco para fazer carvão (SANTOS, 2011). Nesse sentido, Santos explicar que:

Na Microrregião de Imperatriz, a produção do carvão, marca fortemente a economia e as relações sociais, especialmente em nível tradicional e familiar. Uma das principais motivações para seu crescimento está no fato de a cidade de Açailândia, em meados das décadas de 1980, ter uma produção de ferro-gusa que se estruturou a um preço equivalente à metade do valor da mesma produção no estado de Minas Gerais. Isso é um elemento importante para se perceber a intensidade da produção regional dessa matéria prima e suas consequências para os diversos grupos sociais (SANTOS, 2011, p. 191).

Algumas décadas após a chegada da Celmar, a SPC instala uma fábrica de celulose e papel na cidade de Imperatriz, nas imediações da Estrada do Arroz, próxima dos povoados Bacaba, Esperantina, Imbiral, Açaizal e São José da Matança – valendo ressaltar que, segundo Asselin (2009), o povoado do Imbiral é um dos mais antigos da região de Imperatriz.

Tais povoados existem há décadas nessa região, e viviam/vivem sobretudo da pesca, da agricultura de subsistência e da coleta de coco babaçu, e a chegada da Suzano alterou sobremaneira seus modos de vida, pondo em risco seu presente e ameaçando o futuro de seus filhos, especialmente no que refere à reprodução do modo de vida e ao acesso aos recursos naturais.

Os moradores da Estrada do Arroz que tivemos como interlocutores nessa fase inicial do trabalho são representativos de uma forma de lidar com a terra que nos permite considerá-los como camponeses, e sua atuação nos movimentos sociais está relacionada à formação nas Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. São eles: Maria Querubina da Silva Neta, Maria Lourdes Silva e Daniel Pereira Conceição Nascimento. Maria Querubina, ou simplesmente Querubina, é uma das principais lideranças do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco (MIQCB); Maria Lourdes Silva, 62 anos, moradora e militante há 18 anos na Estrada do Arroz, atualmente coordena o Fórum da Estrada do Arroz – em 2014, recebeu o título de cidadã imperatrizense, concedido pela prefeitura da cidade, numa clara tentativa de desmobilização dos propósitos do Fórum. Daniel Pereira Conceição Nascimento, 30 anos, é filho de quebradeira de coco, lavrador, professor e presidente da Associação de Moradores e Produtores Rurais das comunidades Esperantina, São José da Matança e Açaizal (Ampema).

Considerando tanto as diferentes características biográficas, os contextos específicos das principais lideranças das comunidades da Estrada do Arroz, suas percepções sobre a situação da implementação da empresa, quanto as classificações e percepções produzidas no âmbito da Suzano Papel e Celulose – inserida em um amplo discurso *capitalcentrista* (ESCOBAR, 2005) que desconsidera a dimensão cultural e ecológica do território –, notamos a existência de um conflito de percepção e classificação sobre os usos dos recursos naturais.

Sobre as tensões existentes, historicamente, entre os discursos desenvolvimentistas e movimentos sociais ambientais, Almeida (2008) pontua que, desde 1988, ocorre uma intervenção sistemática dos movimentos sociais locais que deixa clara uma tentativa de ruptura de percepção e classificação ambiental, e

também um nível de organização por meio de redes de articulação entre diversos movimentos e organizações, ou seja, possuem existência coletiva.

Sistematizando os principais impactos causados pela empresa, segundo as falas de nossos informantes, é possível pensar, em pelo menos três formas: 1) impactos ambientais caracterizados pelas mudanças nos cursos e qualidade da água dos córregos, eliminação dos resíduos da unidade industrial da empresa Suzano, tráfego intenso e constante de caminhões durante o dia e a noite; 2) impactos na forma de organização comunitária, já que também foi relatada a ocorrência de assédio, por parte da empresa, sobre associações e indivíduos, práticas individualistas, falta de confiança em determinados membros da comunidade com função de mediação entre as comunidades e a empresa; e3) impactos nas formas de produção, visto que se restringe o acesso à terra tornando, com isso, inviável a relação de produção direta com a terra, ou seja, a condição de camponês ou lavrador, termo mais utilizado pelos moradores, fica ameaçada. Por conta disso, é possível inferir que está em jogo não apenas o presente, mas o futuro das gerações mais novas, dado que a chegada do grande empreendimento alterou a dinâmica de trabalho no que se refere à relação com a natureza, forma de trabalho e de produção das relações sócio- espaciais e simbólicas.

Além de alterar as formas de produção material e simbólica dos grupos mencionados, notamos uma espécie de desmobilização política dos grupos via empresa ou terceirizadas, seja pela cooptação para seus quadros de antigos militantes das comunidades ou de fora dela, colocando-os como negociadores entre a empresa e as comunidades, seja assumindo o papel de empresa cidadã e lançando mão de alguns serviços básicos como asfalto e educação, por exemplo, que, após implantados na comunidade, torna a resistência à empresa bem mais frágil. Isso configura, a nosso ver, um processo que leva à desmobilização entre os membros das comunidades, o que favorece a expansão da indústria.

Mas os impactos da Suzano não se limitam apenas àqueles advindos da produção da celulose. Nas áreas de produção de eucalipto, no leste maranhense, conforme denuncia o jornalista Antenor Ferreira (2011)³, a empresa tem inviabilizado que a comunidade persista nas suas formas produtivas, uma vez que tem se apropriado das áreas de planície, restando, para os agricultores, apenas as de encosta, inviabilizando, por exemplo, a cultura de arroz, um dos alimentos fundamentais na base alimentar do maranhense. Além disso, há um processo de sedução de pequenos e médios agricultores locais para que abandonem suas antigas culturas e passem a cultivar eucalipto em suas terras, com assistência técnica e compra garantida pela Suzano.

Numa perspectiva mais ampla, a chegada desse empreendimento na região e seu funcionamento a partir do ano de 2013 faz parte daquilo que conhecemos como implantação dos Grandes Projetos (GPs) na Amazônia Legal⁴. A forma como o projeto

3 Cf. *Territórios livres do baixo Parnaíba* [blog]. Disponível em: <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html>.

4 O oeste do Maranhão, assim como toda a Região Norte e praticamente todo o Mato Grosso compreendem a Região Geoeconômica da Amazônia.

se instala e como opera obedece aos mesmos mecanismos de qualquer outro grande empreendimento que, trazendo a reboque o discurso do desenvolvimento, necessita realizar grandes alterações sócio-espaciais para que possa se implantar. Nesse processo, a vida das populações trabalhadoras do campo sofre grandes transformações.

Considerando que a instalação da Suzano Papel e Celulose em Imperatriz se insere diretamente no processo de expansão e modernização da economia no estado, é importante frisar que os efeitos sócio-espaciais das políticas de desenvolvimento para o Maranhão não são diferentes das experiências de outras populações e lugares que passaram por esse processo, a exemplo da comunidade Piquiá de Baixo, no município de Açailândia -MA que, impactada diretamente pelo empreendimento da Vale – a ferrovia que transporta o minério de ferro para o Porto de Itaqui atravessa a comunidade causando morte e afetando a saúde dos moradores – luta pelo direito de ser remanejada.

Além de comprometer a reprodução material e simbólica dos grupos camponeses esses projetos de desenvolvimento comprometem e alteram a dinâmica da cidade, a exemplo do processo de crescimento desordenado pelo qual passa a cidade de Imperatriz, que pode se considerado sintomático do resultado das políticas de desenvolvimento pensadas para a região, e mostra que os impactos causados por esse tipo de empreendimento, que tem como lógica apenas o crescimento econômico, não se restringem apenas às populações camponesas, mas modificam as formas de organização da cidade.

Na década de 1960, a cidade de Imperatriz tinha pouco menos de 40 mil habitantes, 20 anos mais tarde, na década de 1980, a cidade passa dos 200 mil habitantes, e em 2010, o número de habitantes chegava a 247553 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010). Entre as décadas de 1960 e 1980, a grande movimentação demográfica se explica pela construção da rodovia Belém-Brasília, que resultou em um grande surto migratório, tendo em vista as possibilidades que se impunham à cidade pela nova via que a ligava ao Centro-Sul do país.

Atualmente, a cidade passa por um profundo processo de transformação sócio-espacial. A instalação da Hidrelétrica de Estreito, em 2010, no município de Estreito, distante de Imperatriz cerca de 100 quilômetros, assim como da Multinacional Suzano Papel e Celulose, com sede industrial na cidade, além de outros empreendimentos que surgem para dar suporte ao empreendimento e para atender os novos moradores da cidade, foram/são responsáveis por uma série de mudanças sócio-espaciais na cidade de Imperatriz. Apesar de não ser este o ponto de discussão desse artigo, tais mudanças podem observadas no aumento da especulação imobiliária, na elevação do preço de serviços, na grande atração de migrantes, e na violência urbana, entre outros.

Diante disso, a Suzano Papel e Celulose reconhece que a implantação de uma Unidade Industrial e das florestas de eucalipto trará profundas transformações socioambientais para a área atingida⁵. As questões relacionadas à restrição do acesso à terra e às modificações ambientais, sobretudo aquelas referentes aos corpos hídricos,

5 Em ambos os estudos citados a empresa lista uma série de impactos positivos e negativos advindos da sua implantação na região.

são as mais preocupantes. Por outro lado, as comunidades tradicionais (ALMEIDA, 2008) que residem próximas dos empreendimentos, tanto das Bases Florestais como da Unidade Industrial, são os mais autorizados para falar do alcance dos impactos que o empreendimento significou e pode significar para (re)produção de seus modos de vida. Isso porque são as populações afetadas pela construção da Unidade Industrial e das Bases Florestais que devem ser os sujeitos falantes de tal processo.

Considerações finais

Apesar de ser vasto o conhecimento sobre os impactos de Grandes Projetos na Amazônia Brasileira e, de certa maneira, no estado do Maranhão, ainda é pouca a produção de conhecimento sobre esse tema em relação ao sudoeste maranhense. Além disso, procurou-se com este texto dar visibilidade às populações que foram e são afetadas por grandes empreendimentos. Procurou-se também ampliar o conhecimento sobre a temática do desenvolvimento na Amazônia, particularmente no Maranhão.

É importante atualizar os estudos e pesquisas sobre a ação dos Grandes Projetos na Amazônia, numa perspectiva crítica, que colabore com a desconstrução de lógicas perversas (SANTOS, 2011) e considere as populações afetadas por esses projetos como sujeitos de direitos. Isso implica produzir conhecimentos sobre a realidade local sem desconsiderar variantes globais, e entendê-la tendo em vista a capacidade de transformação dos povos tradicionais em relação a projetos de desenvolvimento que seguem a lógica *capitalcentrista* (ESCOBAR, 2005). Tal lógica é pensada em oposição aos saberes tradicionais e, segundo Escobar (2005), é central na narrativa do desenvolvimento, pois não leva em conta quaisquer alternativas que não se insiram na dinâmica do capital.

Nesse sentido, as diferentes percepções sobre os impactos, verificados nos documentos produzidos pela empresa e nos relatos colhidos com as lideranças locais, podem ser compreendidas como um esforço preliminar diante de um vasto e rico campo de problematizações que pode ser construído a partir da relação analítica entre o mapeamento dos grupos e suas percepções, tomando como parâmetro a lógica *capitalcentrista* e as especificidades históricas, sociais e culturais das populações locais.

Referências

- ASSELIN, Victor. **Grilagem**: corrupção e violência em terras do Carajás. Imperatriz-MA: Ética, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Biologismos, geografismos e dualismos: notas para uma leitura crítica de esquemas interpretativos da Amazônia que dominam a vida intelectual. In: **Antropologia dos arquivos da amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8; Fundação Universidade do Amazonas, 2008.
- D'INCAO, Maria Ângela; SILVEIRA, Isolda Maciel da. **A Amazônia e a Crise de modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento?. In: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Perspectivas latino-americanas. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina: Clacso, set. 2005. p. 133-168. (Col. Sur Sur)

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA. **Plano estratégico de desenvolvimento industrial do Maranhão**. 2009. Disponível em: <www.fiema.org.br/>. Acesso em: fev 2017.

FEREIRA, Antenor. Quem é a Suzano e por que o Maranhão? **Território Livre**, 31 de janeiro de 2011. Disponível em: <http://territorioslivresdobaixoparnaiba.blogspot.com.br/2011_01_01_archive.html>. Acesso em: fev 2017.

GISTELINK, Frans. **Carajás, Usinas e Favelas**. São Luís: Minerva, 1988.

HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo: Loyola, 2004.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **Análise geográfica da expansão recente da indústria de papel e celulose no campo brasileiro: o caso do Grupo Suzano Papel e Celulose**. Relatório de Pesquisa. São Paulo: USP, 2014.

PÖYRY TECNOLOGIA. **Estudo de impacto ambiental/relatório de impacto ambiental (EIA/RIMA) referente à implantação da unidade industrial da Suzano Papel e Celulose para fabricação de celulose branqueada e papel, no município de Imperatriz, estado do Maranhão**. 2010b.

RIBEIRO JUNIOR, José Arnaldo dos Santos. **O desenvolvimento geográfico desigual da Suzano Papel e Celulose no Maranhão**. 2014. 220f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

SANTANA JÚNIOR, Horácio Antunes. **Projeto de Cooperação Internacional - Projetos de desenvolvimento e populações locais: experiências em Cabo Verde e no Brasil**. São Luís, Universidade Federal do Maranhão, 2014.

SANTOS, Raimundo Lima. **O Projeto Grande Carajás e suas consequências para as populações extrativistas do Maranhão**. Imperatriz: Ética, 2011.

STCPEGENHARIA DE PROJETOS. **Relatório de Impacto Ambiental** – Rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano na região de Porto Franco, Maranhão. Curitiba, jan. 2010.

_____. **Relatório de impacto ambiental** – Rima da área de implantação do projeto florestal da Suzano, na região de Timon, estado do Maranhão. Curitiba, jan. 2010b.

TORRES, Alfred Rinald Ribeiro. **Processo migratório e transformações sócio-espaciais: o caso dos migrantes/trabalhadores ocupados na implantação da empresa Suzano Papel e Celulose em Imperatriz – MA**. Monografia (Bacharelado em História e Geografia) - Universidade do Estado do Maranhão, São Luís, 2014.

Recebido em 28/09/2015

Aceito em 07/12/2016